

EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

A iniciativa EPDS
na Universidade de
Brasília (2017-2018)

Volume 2: Mediações

Organização:

Alexandre Simões Pilati
Cynthia Bisinoto
Leila D'Arc de Souza
Natalia de Souza Duarte

EDITORA



UnB



Universidade de Brasília

Reitora
Vice-Reitor

Márcia Abrahão Moura
Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora

Germana Henriques Pereira

Conselho editorial

Germana Henriques Pereira
Fernando César Lima Leite
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Carlos José Souza de Alvarenga
Estevão Chaves de Rezende Martins
Flávia Millena Biroli Tokarski
Izabela Costa Brochado
Jorge Madeira Nogueira
Maria Lidia Bueno Fernandes
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos
Verônica Moreira Amado

EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

A iniciativa EPDS
na Universidade de
Brasília (2017-2018)

Volume 2: Mediações

EDITORA



UnB

Coordenadora de produção editorial
Diagramação

Equipe editorial

Luciana Lins Camello Galvão
Wladimir de Andrade Oliveira

© 2019 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,
2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF
Telefone: (61) 3035-4200
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte
desta publicação poderá ser armazenada ou
reproduzida por qualquer meio sem a autorização
por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

E24 Educação, pobreza e desigualdade social : a iniciativa EPDS na
 Universidade de Brasília (2017-2018) [recurso eletrônico] /
 organização: Alexandre Simões Pilati ... [et al.]. – Brasília :
 Editora Universidade de Brasília, 2020.
 2 v.

Formato PDF.

v. 1. Reflexões – v. 2. Mediações.

ISBN 978-65-5846-048-0 (v. 1)

ISBN 978-65-5846-049-7 (v. 2)

1. Educação. 2. Desigualdade social. 3. Pobreza. 4.
Universidade. I. Pilati, Alexandre Simões (org.).

CDU 37.014

SUMÁRIO

PREFÁCIO

9

**DOS AFETOS DA
INICIATIVA EPDS**

Natalia de Souza Duarte

APRESENTAÇÃO

*Silvia Cristina Yannoulas
Camila Potyara Pereira*

17

CAPÍTULO 1

24

**A PERCEPÇÃO
DOS DOCENTES E
DAS ESTUDANTES
BENEFICIÁRIAS
DO PBF ACERCA
DOS FENÔMENOS
DA POBREZA E
DESIGUALDADE SOCIAL
NO IFG/ÁGUAS LINDAS:
RELAÇÃO TEORIA E
PRÁTICA NO ÂMBITO DO
CURSO EPDS/UNB**

*Flávia de Souza Brito
Rafael de Melo Monteiro
Rafaela Nunes Marques*

CAPÍTULO 2

**ESCRITA CRIATIVA À
MODA FRIDA 52**

*Inês Vargas Marques
Leila D'Arc de Souza*

CAPÍTULO 3

**79 (SOCIO)EDUCAÇÃO,
POBREZA E
DESIGUALDADE
SOCIAL**

*Mauro Gleisson de Castro
Evangelista*

CAPÍTULO 4

**JUVENTUDE E POBREZA:
CONSCIÊNCIA CRÍTICA
SOBRE OS MITOS E A
REALIDADE DO PBF 112**

*Suzana Medeiros de Souza Aguiar
Luciana Campos de Oliveira Dias*

CAPÍTULO 5

**133 CORRELAÇÕES
ENTRE CIDADANIA,
POBREZA, EDUCAÇÃO
E PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA**

*Andreia Pereira de Souza Gonçalves
Fábia Carvalho de Oliveira
Samir Almeida Santos*

155

CAPÍTULO 6

**UM OLHAR SOBRE AS
DESIGUALDADES SOCIAIS:
INTERVENÇÃO JUNTO
ÀS JUVENTUDES DE
PERIFERIA DO DISTRITO
FEDERAL**

Mariana Ribeiro Gomes Camargos

CAPÍTULO 7

**A POBREZA E SUAS
IMPLICAÇÕES NO
DESLOCAMENTO
INTERURBANO DIÁRIO
DE ESCOLARES**

*Anette Lobato Maia
Maria Célia Orlato Selem*

173

CAPÍTULO 8

197

IDENTIDADE PERIFÉRICA

*Fátima Correia Lopes
Fábio William da Silva Pereira*

CAPÍTULO 9

**O IMPACTO DA
POBREZA NA
PRECARIZAÇÃO DO
TRABALHO DOCENTE**

Rafael Ayan

224

APÊNDICE – QUESTIONÁRIO

249

CAPÍTULO 10

**PARTICIPAÇÃO DA
CRIANÇA BENEFICIÁRIA
DO PROGRAMA BOLSA
FAMÍLIA NAS ATIVIDADES
ESCOLARES: UMA ANÁLISE
PARA ALÉM DA SALA E DA
AULA**

255

Danielle Atta

CAPÍTULO 11

284 **DESENVOLVIMENTO
HUMANO, POBREZA
E DESIGUALDADE
SOCIAL NA INFÂNCIA
E ADOLESCÊNCIA**

Izete Santos do Nascimento

CAPÍTULO 4

JUVENTUDE E POBREZA: CONSCIÊNCIA CRÍTICA SOBRE OS MITOS E A REALIDADE DO PBF

Suzana Medeiros de Souza Aguiar¹

Luciana Campos de Oliveira Dias²

O presente artigo compõe a pesquisa em andamento intitulada “Juventude e Escolarização: O Ensino Médio e o desafio da formação crítica de jovens pertencentes a comunidades socialmente desfavorecidas” desenvolvida no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) em consonância com o projeto interventivo realizado ao final do curso de aperfeiçoamento em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, ofertado pela UnB/MEC.

A investigação centra-se na relação entre a juventude empobrecida e o Ensino Médio. No presente estudo, pretende-se compartilhar os resultados parciais da pesquisa sobre a condição econômica das famílias dos jovens sujeitos deste estudo. Foi realizada análise interseccional que pretende relacionar aos aspectos sociais em que se desenvolve tal juventude.

¹ Professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal e mestranda em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (ProfEPT/IFG).

² Professora Doutora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) e docente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

A metodologia da pesquisa escolhida deu-se em perspectiva qualitativa, por meio da realização de grupo focal. A escolha desta técnica se deu em função de que, segundo Oliveira Neto *et al.* (2001), o grupo focal possibilita a reunião do grupo de pessoas que se deseja pesquisar para debater a cerca de determinado assunto, objetivando a coleta de dados a partir das colocações, levantamentos e opiniões apresentadas. Para o autor, a criação desse ambiente de debate possibilita o compartilhamento de ideias e experiências a respeito do assunto que é objeto de estudo do pesquisador.

Foi aplicado um questionário socioeconômico objetivando levantar as condições econômicas das famílias dos jovens estudantes. Assim, os dados obtidos deste questionário, contribuíram para a localização social das falas dos jovens participantes do grupo focal.

A caracterização do jovem, sujeito da pesquisa, articula-se à noção de sujeito histórico socialmente constituído. Sendo assim, o conceito de juventude foi buscado nos estudos de Dayrell (2005) e Pais (1990) os quais levam em consideração aspectos históricos, sociais, econômicos e culturais.

A investigação procurou compor o debate, fazendo a relação entre pobreza e juventude com vistas a compreender como que os grupos juvenis, marcados pela exclusão, estabelecidos em territórios que apresentam graves privações sociais, percebem suas condições objetivas de vida e como a escola contribui para que esta percepção seja realizada de forma crítica.

A realidade objetiva das regiões periféricas

Participaram desse estudo um total de 31 jovens, dos quais foi possível constatar que 29 (94%) estudantes são solteiros/solteiras e moram com a família. Outras 2 (6%) são casadas, sendo estas jovens do sexo feminino. Ou seja, nenhum dos jovens mora sozinho.

Em linha gerais, observa-se que o perfil socioeconômico deste público condiz com a condição social dos sujeitos moradores das periferias. Em geral, os jovens participantes da pesquisa advêm de famílias pobres, com baixa escolarização dos pais, boa parte sem a presença da mãe ou do pai na família e com baixa renda per capita.

A composição das famílias é bem heterogênea, sendo que 12 jovens (39%) possuem famílias com 5 ou mais membros, o que se reflete, posteriormente na renda per capita analisada. Em sua maioria, ou seja, 17 estudantes (55%), moram com o pai e a mãe, no entanto, 10 deles (32%) têm apenas a presença da mãe no lar e outros 4 (10%) moram com outros parentes, ou seja, não têm a figura do pai e da mãe na sua convivência familiar. Segundo declaração dos jovens, nenhum deles têm filhos, apesar de haver estudantes casadas na turma.

A cidade escolhida como *locus* da pesquisa é Santa Maria, XIII Região Administrativa do Distrito Federal que, devido à configuração geopolítica do DF, possui uma Administração Pública Regional, porém sem autonomia. Para caracterizar de forma geral, trata-se de um território com recursos públicos precários, representados pela escola, polícia e o hospital.

Segundo dados da Codeplan/DF (2015)³, a cidade possui uma população estimada de 125.559 habitantes em uma área de 21.463 hectares. Uma comparação didática entre o Lago Sul, região administrativa considerada rica e também localizada no DF, e Santa Maria é suficiente para dimensionar as diferenças sociais e econômicas em que o Distrito Federal está inserido. A renda *per capita* em Santa Maria é de R\$ 888,00 enquanto no Lago Sul este valor é bem maior, de R\$ 7.913,00. Ao demonstrar as diferenças econômicas, algumas outras ficam mais evidentes como raça/cor, emprego e escolaridade. Observe a Tabela 1 comparativa que se segue:

³ Dados da PDAD/2015, disponível no sítio da Codeplan.

Tabela 1: Comparação entre Santa Maria e Lago Sul

Região Administrativa	Santa Maria	Lago Sul
Critérios		
População Negra ou parda	71,4%	30,3%
Analfabeto	5,8%	0,2%
Ensino Superior Completo	8,2%	83%
Empregos formais	3.319	26.005

Fonte: PDAD, 2015/ Codeplan DF/RAIS, CAGED/MT, IPEA, 2015.

A pesquisa observou que, em Santa Maria, a grande maioria da população (71,4%) é de negros ou pardos e o índice de analfabetismo é de 5,8%. Por outro lado, no Lago Sul, região administrativa povoada por grupos sociais favorecidos socialmente a população negra ou parda é de apenas 30,3% com um analfabetismo ínfimo, na casa de 0,2%. Neste sentido, entende-se que a desigualdade social acentua a perversidade da pobreza, quando coexistem situações tão díspares quanto as vividas pelos moradores de Santa Maria em contraposição às vividas pelos moradores de localidades privilegiadas como é o caso do Lago Sul.

Estes dados revelam duas questões sociais importantes. A primeira é a predominância da população negra em territórios socialmente desfavorecidos como é o caso do *locus* desta pesquisa. Em seus estudos, Lemos (2017) comprova que a segregação racial no Distrito Federal é fruto de um processo de distribuição espacial que reserva às populações mais pobres lugares subalternos, distanciados do centro político e econômico, onde o Estado se faz presente de forma precária.

Sant’Ana (2006) ao analisar a segregação sócio espacial de Brasília afirma que “os negros são a maioria nas áreas com pior infraestrutura e piores indicadores de desempenho socioeconômico” (*idem*, p. 98). De fato, o que se verifica em Santa Maria é que a cidade se constitui como um desses espaços distanciados onde os pobres, em sua maioria negros, vivenciam condições precárias de sobrevivência. Ao observar o fenótipo dos jovens participantes da pesquisa, constata-se que há

predomínio de negros e pardos na turma, em consonância aos dados supramencionados, apesar da ausência de um questionário que inquiria quanto à autodenominação.

A segunda questão demonstrada pelos dados diz respeito à geração de empregos: regiões como o Lago Sul chega a gerar sete vezes mais empregos formais que Santa Maria. Schaffer (2003), dialogando com os conceitos de Marx (2013), demonstra em seus estudos sobre a segregação sócio espacial do Distrito Federal que as políticas urbanas são pensadas para atender às necessidades da burguesia, e à classe trabalhadora resta desempenhar seu papel no atendimento a esta demanda, ao ocupar cargos com pouca especialização técnica, geralmente no terceiro setor, e distanciados de seus locais de moradia.

Os números mostram o que a investigação na prática confirma, ou seja, uma cidade marcada por graves problemas como a falta de infraestrutura adequada e condições básicas de sobrevivência. Estes fatores refletem a realidade caracterizada por extrema desigualdade social e que torna a região de Santa Maria tão precarizada. Este cenário confirma o que Pereira (2006, p. 235) conceitua como “distribuição desigual de renda”. A autora tem o cuidado de esclarecer que desigualdade social e pobreza não são sinônimos, mas que, em alguns momentos, a pobreza pode ser um resultado da desigualdade social, o que se evidencia no caso da região de Santa Maria.

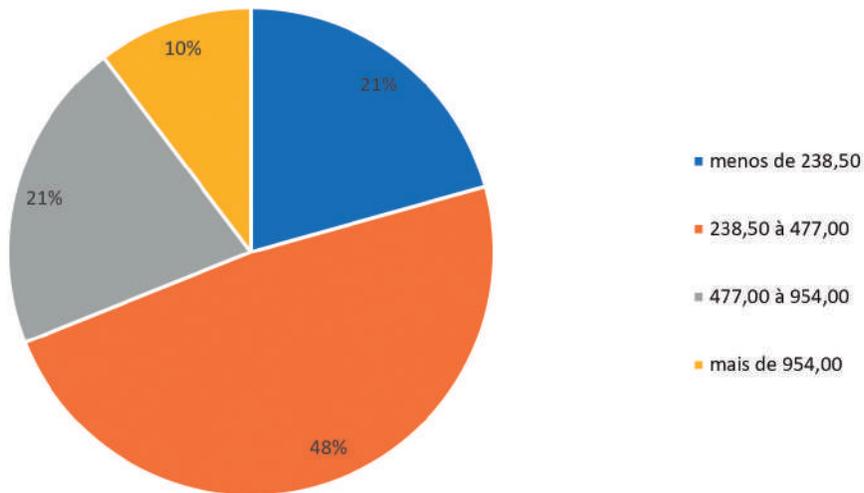
De tal maneira, destaca-se a conceituação da pobreza relativa e da pobreza absoluta. O conceito de pobreza relativa se constrói na relação social e se evidencia na comparação com o modo de vida de uma determinada sociedade. Um sujeito considerado pobre na Suíça certamente não o seria no Brasil. Já a pobreza absoluta tem relação com as condições mínimas e universais para a sobrevivência física (PEREIRA, 2006).

Segundo Pizani e Rego (2015), em geral, a conceituação de pobreza é uma definição arbitrária. No Brasil, por exemplo, encontram-se duas conceituações em vigor. A primeira, mais generosa, diz respeito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) instituído pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)

que garante um salário mínimo para pessoas deficientes e idosos com mais de 65 anos. O que dá direito ao indivíduo é a comprovação de renda *per capita* inferior à $\frac{1}{4}$ do salário mínimo vigente, o que corresponde atualmente a R\$ 238,50. A segunda definição, mais restrita, está ligada ao Programa Bolsa Família que, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social, considera a renda *per capita* de R\$ 89,00 como pobreza extrema e de R\$ 178,00 como pobreza.

A pesquisa em voga constata as condições de precariedade da população da periferia, que é demonstrada através da renda mensal das famílias. Utilizando os indicativos do BPC (Benefício de Prestação Continuada) explicitados anteriormente, foi possível evidenciar as condições sociais excludentes desses jovens a partir do Gráfico 1:

Gráfico 1: Renda *percapita* das famílias



Fonte: Elaboração própria, 2018.

Os dados demonstram que, pelo indicativo do BPC, 21 (69%) jovens são provenientes de famílias em condição de pobreza por receberem uma renda *per capita* equivalente a $\frac{1}{2}$ salário mínimo ou menos, com o agravante de que, desse total, 6 famílias (21%) sobrevivem com apenas $\frac{1}{4}$ do salário mínimo por pessoa.

O debate da pobreza articulada com as cidades e suas regiões periféricas – como é o caso de Santa Maria – relaciona-se com os estudos de Marx (2013) sobre acumulação do capital, ao defender que esse processo se constitui em uma dinâmica onde as riquezas concentram-se nas mãos dos exploradores e a classe trabalhadora arca com o trabalho superexplorado e subjugado em nome da mais valia, tida como o objetivo da produção capitalista.

Para Marx (2013) “quanto maiores forem as camadas lazarentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial” (*idem*, p.875), de forma que poucos trabalhadores sejam suficientes para o mercado já que estes cumprem uma jornada de trabalho extensiva. Este cenário abre caminho para o desemprego, ou seja, o crescimento do exército de reserva e a conseqüente desigualdade social.

A lógica de acumulação de capital é antagônica na medida em que cria dois polos distintos e distanciados em condições de sobrevivência: de um lado a classe exploradora, que usufrui dessa acumulação de capital e do outro, a miséria da classe trabalhadora que é, ao mesmo tempo e contraditoriamente, a produtora da mercadoria que permitiu a acumulação de capital pela classe exploradora. É nesse sentido que se percebe o empobrecimento do proletariado, pois à medida que cresce a acumulação de capital, a situação social do trabalhador tende a piorar independente de sua remuneração (MARX, 2013).

Assim, entende-se que a desigualdade social acentua a perversidade da pobreza, quando coexistem situações tão díspares quanto as vividas pelos moradores de Santa Maria em contraposição às vividas pelos moradores do Lago Sul.

Santa Maria, portanto, constitui-se como um lugar que apresenta problemas sociais para além das questões econômicas, pois ainda se tem o flagrante do uso social deste território que remete a uma condição imposta aos moradores onde a violência e as drogas são fatores que interferem arbitrariamente no dia a dia dos moradores.

O espaço habitado pelos jovens da pesquisa na região administrativa de Santa Maria se revela como um espaço precarizado, onde as relações imateriais da

sociedade se desenvolvem através da ausência do Estado, o que permite reorganizações para suprir as faltas, seja nos aspectos de educação, saúde e segurança pública.

Para Santos (2006) o espaço geográfico é um conceito complexo e multifacetado, que envolve a utilização do território pelo homem no sentido de constituição das relações sociais. Para o autor, “o espaço geográfico deve ser considerado como algo que participa igualmente da condição do social e do físico, um misto, um híbrido” (*idem*, p. 56). Portanto, o espaço geográfico incorpora tanto as condições sociais, quanto as condições físicas que se constroem de forma histórica e processual pela ação humana.

Nesse sentido, Santos (2000) propõe que o conceito de espaço geográfico seja sinônimo de territórios usados quando discute que este último “é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi” (*idem*, p. 47). De tal forma que os indivíduos se apropriam e interagem nesse espaço na medida em que são influenciados pela condição política, social, cultural, física, econômica etc. Ou seja, numa rede complexa que envolve a materialidade e a imaterialidade das relações.

Grupo focal – a fala dos jovens sobre suas condições objetivas, pobreza e escola

O Grupo focal realizado com jovens estudantes foi desenvolvido por meio de uma oficina temática, como parte do projeto interventivo do curso “Educação Pobreza e Desigualdades Sociais”. Neste texto, são aprofundadas as experiências produzidas nesta oficina, em que a temática centrou-se nos programas sociais.

Intitulada “Programas sociais: mitos e realidades do Programa Bolsa Família”, a oficina debateu os mitos socialmente difundidos no que tange ao Programa Bolsa Família (PBF). O movimento inicial foi de permitir que os jovens falassem livremente sobre o assunto. Um ponto destacadamente relevante neste momento foi o fato de que a grande maioria da turma remeteu a falas de senso comum quanto ao programa, tal como: “Tem gente que não precisa e

ganha o bolsa família” (Fala de jovem, abril, 2018). Os jovens assumiram neste momento uma postura acrítica ao retratar o outro, por não se reconhecerem em condição de igualdade. Nesse aspecto, Pinzani e Rego (2015) salientam que tais posicionamentos embrutecidos são frutos da convivência cotidiana com situações de pobreza que fazem com que indivíduos naturalizem tais situações.

A invisibilidade e naturalização da pobreza contribuem para a disseminação social do discurso que imputa ao pobre uma culpabilização por sua condição, mesmo diante de situações notadamente excludentes do ponto de vista social e econômico. Souza (2017) recria historicamente a perpetuação do “jeitinho brasileiro” como forma de caracterização do povo, de forma generalizada e sem distinção de classes, com o objetivo de naturalizar comportamentos reprováveis do ponto de vista ético. Para o autor, trata-se da tentativa de esconder a dominação de uns sobre os outros, ou seja, dominação originada dos que de fato possuem capital cultural e econômico para se valer de influências. Em outras palavras, o que se mascara nessa situação é a condição de desigualdade entre os indivíduos com acesso a bens e serviços dos indivíduos pobres.

Nessa condição os ricos são influentes enquanto os pobres se veem relegados ao adjetivo de desonestidade quando utilizam algum subterfúgio para conseguir acessar serviços que, a priori, deveriam ser básicos. Por exemplo, num debate sobre as condições do hospital e da saúde pública da região, um dos jovens relata que fez uma cirurgia no hospital da cidade porque tinha um contato da família dentro do hospital, caso contrário só poderia fazer o procedimento dentro de dois anos, caso aguardasse a fila de espera:

Como eu tenho um conhecido que trabalha lá, conversou lá com o pessoal e conseguiu pra eu fazer essa cirurgia o ano passado. Se eu não tivesse um familiar lá dentro eu tenho certeza que eu ia pegar uma fila, esperar a oportunidade deles pra mim fazer essa cirurgia em dois mil e vinte. (Fala de jovem, abril, 2018)

Em outro momento, um estudante relata que não considera correta essa postura, no entanto utiliza-se desse subterfúgio sempre que está doente, pois caso contrário não consegue atendimento já que não tem condições de ter um plano de saúde.

Como minha mãe é bem chegada lá perto eu... eu acho errado chegar lá e, tipo assim, e fingir que eu tô muito (doente) e ter prioridade. Eu falo, mãe não é necessário, eu preciso pegar fila, porém como minha mãe faz lanche pra eles, essas coisas tudinho, eles já me conhece, quando eu chego lá eles já me atende direto. (Fala de jovem, abril, 2018)

Pode-se dizer, portanto, que essas experiências juvenis relacionadas ao lugar de pertencimento expressam grande privação não somente econômica, mas de todo tipo, oriundas das restrições do território ocupado. Portanto, essa juventude pobre sofre diversas privações e rejeições, em função de sua classe social e seu local de moradia.

Neste tocante, Pinzani e Rego (2015) afirmam que “a humilhação institucional infligida aos (às) cidadãos(ãs), por intermédio dos(as) agentes públicos(as), afigura-se como normal” (*idem*, p. 11). Essa humilhação se reverbera na dificuldade de acesso aos serviços, onde os indivíduos precisam se submeter a estratégias que eles mesmos reprovam para conseguirem atendimento. Tal assertiva se concretiza tanto no caso da jovem que precisa fazer uma cirurgia e só conseguiria num prazo de três anos, quanto no jovem que recorre a conhecidos para ser atendido.

Contraditoriamente, esses mesmos estudantes não reconhecem, a priori, as condições violadoras das quais são vítimas. Por se tratar de um território precarizado, na fala dos jovens, percebe-se que a comunidade se apropria do uso desse território de acordo com as necessidades que surgem, ainda que, do ponto de vista ético, discordem dos subterfúgios utilizados para acessar tais serviços que, constitucionalmente, deveriam estar à disposição da comunidade.

No entanto, o que não se percebe na fala dos jovens é o reconhecimento de que há uma elite dominante do capital que trabalha ideologicamente para naturalizar o sentimento de repúdio ao pobre e a tudo ligado a ele. Não há a

percepção crítica de que a burocratização e a precarização dos serviços públicos são formas de controle e dominação das massas, o que legitima o comportamento de tentar acessar os serviços básicos por outras vias.

No entanto, por se tratar de juventudes pobres, há um processo de auto-condenação inculcado culturalmente, pois quando este tipo de comportamento advém do rico, é tratado sob o espectro da influência social, quando advém do pobre, é desonestidade (SOUZA, 2017).

Durante a oficina, após o debate espontâneo, foi apresentado o documentário Severinas (2013) que retrata a condição de pobreza de mulheres nordestinas beneficiárias do PBF e como suas condições econômicas e sociais foram modificadas após o início do programa. Foi importante a constatação de que, antes do documentário, os jovens da turma sequer reconheciam sua condição de pobreza. Ao final da exibição, eles se revelaram surpresos ao perceberem que as condições retratadas em muito se aproximavam da realidade vivenciada em suas famílias.

A pesquisa constatou que 16 (52%) das famílias dos estudantes recebem uma renda mensal que varia entre 1 e 2 salários mínimos. Esse valor, quando dividido pelo número de pessoas da família, representa uma renda *per capita* muito baixa. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2017), baseado nos dados do Banco Mundial, delimita uma renda per capita de R\$ 387,07 como métrica para estipular a linha da pobreza no Brasil. Nesse cenário, 21 (69%) dos estudantes da turma são oriundos de famílias que estão abaixo dessa linha e, quando analisados os casos individualmente, percebe-se que existem famílias recebendo uma renda mensal *per capita* de R\$ 136,00, bem abaixo do valor estimado pelo Banco Mundial.

A baixa escolarização dos pais e mães também é um fator diretamente relacionado à renda dessas famílias. Em relação ao nível de escolaridade dos pais, a pesquisa constatou que das mães dos estudantes, 16 (52%) chegaram ao Ensino Médio, enquanto nos pais esse número cai para 9 (29%). Ou seja, a situação social e educacional das famílias tende a agir como determinante da

pobreza que vivenciam, pois de acordo com Cassab (2009) não se trata apenas de privação econômica, mas também da privação dos bens simbólicos.

Em seus estudos, Dayrell (2003) assume a postura de mostrar as ferramentas e estratégias utilizadas por jovens pobres para vivenciar sua condição juvenil e as formas que utilizam para se constituírem enquanto juventude. É nesse sentido que ele coloca “que eles se constroem como tais na especificidade dos recursos de que dispõem” (*idem*, p. 43), ou seja, em certa medida a condição financeira define suas características peculiares.

É comum constatar, na fala dos jovens, referências pejorativas quanto ao local onde moram. Ao serem indagados sobre isso, os jovens utilizam adjetivos como “rocinha” remetendo-se à favela homônima do Rio de Janeiro como forma de denunciar as condições precárias das quadras onde residem. Em sua apresentação pessoal o jovem disse: “Moro na quadra *tal*, melhor falar logo Rocinha” (Fala de jovem, abril, 2018). Em outro momento este mesmo jovem relatou que o tráfico de drogas e a violência são características de seu local de moradia, inclusive acrescentou que se trata de uma quadra referência para traficantes da região. Ao se referir ao seu local de moradia, ele acrescenta: “Quem conhece lá na minha quadra sabe que... é a Cracolândia ()... não, misericórdia. Quer comprar droga, vai lá” (Fala de jovem, abril, 2018).

Os jovens que compõem o universo dessa pesquisa experimentam uma condição precária de existência nos espaços sociais que habitam. Os estudos de Dayrell (2009) explicitam as dificuldades da vivência juvenil em uma condição precarizada de recursos econômicos, pois, esses sujeitos têm que lidar com a pobreza e as consequências que advém desse fato. Afinal, uma situação financeira tão comprometida interfere diretamente nas suas trajetórias e nas vivências, ou na falta delas.

Observa-se que as famílias dos jovens participantes da pesquisa não são capazes de, financeiramente, arcar com despesas de lazer, cultura, esporte inerentes à experiência plena de ser e fazer-se jovem. Fator este que desencadeia, inevitavelmente,

um movimento, da parte dos jovens, de busca precoce por posicionamentos no mundo do trabalho, para suprir esta falta. A juventude brasileira não tem o direito de adiar sua entrada no mercado de trabalho para se dedicar a outras atividades, pois “o mundo do trabalho aparece como uma mediação efetiva e simbólica na experimentação da condição juvenil” (DAYRELL, 2007, p. 1109). Ou seja, sem trabalho os jovens sequer possuem meios de vivenciar sua condição juvenil.

A investigação também fez uma incursão na relação juventude e escola. Ao questionar os jovens sobre a escola, percebeu-se que as falas apresentaram uma visão qualificada da escola, porém sempre vinculando o papel da escola com a preparação para o vestibular ou Enem. Em um dado momento um jovem, referindo-se à escola onde estuda, relatou que: “Pra mim é a melhor (escola) da Santa Maria porque investe nos programas que a gente precisa pra entrar na faculdade pública”. Em seguida um outro jovem acrescentou:

A gente que... porque aqui Santa Maria é periferia, pra gente que é pobre pagar um ensino superior é muito complicado, então seria muito mais fácil (entrar na universidade pública). E aqui dá um suporte total e foca bastante, pra quem quer. (Fala de jovem, abril, 2018)

Observa-se que os estudantes, bastante influenciados pelo projeto liberal de educação difundido pelos meios de comunicação, solicitam da escola essa tarefa de prepará-los para o mercado de trabalho/vestibular. Assim, para eles, o importante não é aprender sobre a produção cultural da humanidade, mas adquirir os conteúdos exigidos nas provas. Sendo assim, o objetivo das disciplinas escolares e da escola de maneira geral que deveria ser de oferecer um espaço para a produção do conhecimento através do exercício da criticidade, perde lugar para a cultura utilitarista uma vez que tem sido pressionada a atender em caráter imediato as exigências da sociedade de mercado.

Percebe-se também uma insegurança nos jovens na contramão da percepção que têm da qualidade da escola. Uma das jovens relata que:

Não porque... a educação que a gente recebe não... não nos prepara assim, para o mercado de trabalho e nem para o ensino superior. Ela ainda é muito precária. Então eu duvido muito que, assim, boa parte da escola esteja preparada para ingressar no mercado de trabalho. (Fala de jovem, abril, 2018)

Foi possível observar que, contraditoriamente, estes jovens, ao passo que percebem o ambiente escolar como uma ferramenta de superação da sua situação de exclusão, percebem também que há uma limitação na formação que recebem, pois não se sentem preparados para ingressar no mercado de trabalho.

Esses dados confirmam os estudos de Dayrell (2007) quando este propõe que “a escola, por si só, não consegue responder aos desafios da inserção social dos jovens, tendo poder limitado na superação das desigualdades sociais e nos processos de emancipação social” (*idem*, p. 1118). Ou seja, a instituição escolar, como apontada pelos jovens da pesquisa, busca dialogar com essas juventudes que acolhe em seu interior, porém é necessária uma reestruturação interna a fim de que consiga dialogar com esse público, ao mesmo tempo em que necessita de políticas externas, pois sozinha é incapaz de resolver os problemas sociais inerente ao lugar social habitado pelos jovens das periferias.

Para Dayrell (2009), a escola sozinha não é capaz de superar todos os entraves que permeiam as juventudes empobrecidas, haja vista que são questões sociais de âmbito mais amplo e, em certa medida, influenciada pela presença da mídia na difusão de ideias preconceituosas no que se refere aos jovens da periferia. É o que Pais (1990) tenta esclarecer ao afirmar que:

A juventude é um mito ou quase mito que os próprios *media* ajudam a difundir e as notícias que estes veiculam a propósito da cultura juvenil ou de aspectos fragmentados dessa cultura (manifestações, modas, delinquência, etc.) encontram-se afectadas pela forma como tal cultura é socialmente definida” (PAIS, 1990, p. 144)

Essas questões demonstram a importância de se aproximar do universo juvenil com objetivo de desvendá-lo e compreendê-lo dentro da realidade e

não apenas embasando-se por pré-julgamentos que, em larga escala, se tornam preconceitos motivados pela mídia.

Sendo assim, a categoria juventude é entendida como “condição social e uma representação” (Dayrell, 2005, p.34). Esta abordagem nos leva a pensar o jovem dentro da comunidade na qual está inserido, levando em consideração os aspectos sociais, culturais e econômicos que o permeiam.

O diálogo realizado na Oficina levou à constatação de que os jovens anseiam por espaços onde tenham a oportunidade de ouvir, ser ouvidos e debater suas opiniões com seus pares. A exemplo desta situação, em dado momento, a pesquisadora deparou-se com jovens reivindicando o direito de participar das discussões propostas nas oficinas, evidenciando a necessidade de a escola instituir esses espaços como componente de sua organização curricular. A este respeito, Pinzani e Rego (2015) apontam que:

As pesquisas sociológica e filosófica sabem, há tempos, que os pobres, exatamente por serem pobres, têm dificuldade de ter voz, isto é, de formular, organizar e, sobretudo, expressar suas necessidades, transformando-as em demandas por justiça. A pobreza os joga, sem piedade, no mundo dos “incapacitados”, uma vez que não lhes foi dado o direito de se capacitarem para exercer a própria voz. Esse fato, per se, constitui a expropriação de sua humanidade. Sem o exercício da voz, não é possível interferir na marcha do mundo. Instala-se, assim, um círculo de fogo que não se pode atravessar, imperando, então, a surdez e o silêncio no âmbito do Estado e das instituições públicas (PINZANI E REGO, 2015, p. 13).

É nesse aspecto que se caminha para o entendimento de que é imprescindível que se oportunize ao jovem espaços para falar, ser ouvido e refletir sobre seus posicionamentos e sobre a pobreza. Para Dayrell (2003) “o pleno desenvolvimento ou não das potencialidades que caracterizam o ser humano vai depender da qualidade das relações sociais desse meio no qual se insere” (*idem*, p. 43). Ou seja, o espaço socialmente instituído onde a juventude pobre tem oportunidade para este desenvolvimento é a escola.

Vale ressaltar, porém, que esta escuta perde o significado quando se dá no campo da verticalização, onde os professores são colocados na posição de portadores da verdade. A este respeito, Freire (2004) enfatiza que “o educador que escuta aprende a difícil lição de transformar o seu discurso, às vezes necessário, ao aluno, em uma fala *com* ele”. Essa dialogicidade permite ao jovem ocupar o lugar de sujeitos da escuta, o que possibilita um ambiente de escuta e fala democráticas.

No entanto, o retrato que temos das condições de pobreza vivenciadas pelos jovens se distanciam desse ideário. Conforme nos aponta Arroyo (2015, p.15) “os percursos escolares trazem as marcas das trajetórias de vida, das condições sociais que lhes são dadas para produzir suas existências”, de maneira que ignorar a realidade social dos estudantes empobrecidos das escolas públicas é outorgar-lhes uma educação precarizada dada a falta de condições para a aprendizagem.

Para demonstrar como este panorama conversa com os estudos em voga, destaca-se a fala de Arroyo (2015) quando ele diz que

o peso das condições sociais do viver e do sobreviver merece maior destaque nos cursos de formação inicial e continuada; merece maior atenção na avaliação dos(as) educandos(as) submetidos(as) a condições que estão nos limites da sobrevivência. (Arroyo, 2015, p. 15)

Para o autor, o currículo das escolas dos pobres é fraco, a educação popular é mínima, o que reforça a ideia de que os pobres não merecem conhecimentos, mas sim adestramento no que é mais elementar e precisa ser repensado no sentido de garantir uma educação emancipadora que considera as vivências reais dos sujeitos.

Arroyo (2015) problematiza o termo carência, por exemplo, que é frequentemente utilizado no ambiente escolar e se torna preocupante porque relaciona pobreza a questões de falta de valores, hábitos e atitudes. Além disso, o autor enfatiza que esta terminologia, além de destacar preconceitos moralistas, carrega uma acepção reducionista da pobreza e não leva em consideração os fatores sociais, econômicos, culturais e ambientais que permeiam a vida dos indivíduos empobrecidos.

Em contrapartida, a escola pública, como uma instituição democrática, tem a possibilidade de desenvolver um trabalho pedagógico que aponte no sentido de desmistificar conceitos e de quebrar com círculos que culpabilizam exclusivamente os sujeitos pelas condições de desfavorecimento social. Enquanto escola, é no enfrentamento dessa temática que se faz possível uma compreensão de que a constituição da pobreza é uma construção histórica para manter os pobres na condição de inferioridade, situação que perdura no país desde a colonização.

Por se tratar da rede pública de ensino do Distrito Federal, cabe destacar que os postulados teóricos que orientam seu currículo são baseados na Pedagogia Histórico Crítica e na Psicologia Histórico Cultural. No sentido de orientar uma metodologia em consonância com esta tendência pedagógica, retoma-se Gasparin (2012) que desenvolveu uma metodologia que, em sua base, prioriza a escuta e o espaço para o diálogo e problematização, partindo dos saberes vivenciados pelos estudantes no meio cultural de onde provém. Este é um caminho possível que aponta para a direção de uma formação crítica que não é estanque, mas que se constrói diariamente para além dos muros da escola.

À guisa de conclusões

Os resultados deste estudo apontam para a continuidade desta investigação que busca compreender os meandros das relações que naturalizam a desigualdade social, principalmente ligada à juventude e à visibilidade da pobreza. O que temos até agora é a percepção dos jovens de que a escola é um espaço voltado para a aprovação no vestibular e que não os prepara para o mundo do trabalho.

As experiências produzidas nesta Oficina, permitiram constatar que os jovens não compreendem os mecanismos perversos e hegemônicos que garantem a manutenção das condições objetivas da pobreza a qual estão submetidos. Portanto, surge daí a necessidade de oportunizar aos jovens espaços para refletir criticamente sobre as condições sociais e objetivas em que estão inseridos, para que possam transformá-las.

Ao mesmo tempo, por serem jovens de periferia que se reconhecem nesse espaço, vivenciando sua precariedade, ao associarem o sucesso ao ingresso no ensino superior, estão conscientes de que a possibilidade de aprovação em um vestibular para uma instituição pública é algo remoto, portanto se veem como sujeitos com poucas possibilidades de obterem sucesso na vida. Percebe-se que a escola não atende aos anseios dessa juventude pobre que precisa de alternativas para além do ingresso na universidade.

Por isso, é primordial as iniciativas que dão visibilidade a esta questão na escola, espaço que democraticamente se aproxima do público-alvo. Iniciativas de formação de professores no contexto da pobreza, como o curso de aperfeiçoamento em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, ofertado pela UnB/MEC é uma dessas estratégias que se revelam de notória relevância.

Nesse ponto, evoca-se as assertivas de Arroyo (2015) ao refletir sobre a necessidade da escola se colocar como espaço que promove um currículo pensado nas necessidades dos pobres, de maneira que abra mão da missão moralista de salvá-los, garantindo-lhes o direito ao conhecimento.

Para Arroyo (2015), isto só é possível a partir do enfrentamento do discurso que relaciona diretamente a pobreza e a desqualificação para o trabalho. Esta perspectiva carrega o reforço ideológico que julga como preguiçoso o comportamento dos pobres e fortalece a crítica desrespeitosa aos programas de governo que concedem bolsas por considerar que tais programas tornam os pobres ainda mais preguiçosos. Trata-se de uma visão ingênua que desconhece o funcionamento social, político e econômico das sociedades capitalistas, especialmente as periféricas. A escola em si não é capaz de superar os problemas relacionados à pobreza. Mas ao contribuir com a formação crítica dos pobres, permite romper com os ciclos ideológicos que compreendem a problemática da pobreza e da desigualdade como naturais, construindo perspectivas mais globais de enfrentamento do complexo sistema em que se organiza a nossa sociedade.

Referências

ARROYO, Miguel G. Pobreza, desigualdades e educação. In: **Catálogo de Materiais do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social**. Módulo Introdutório: Pobreza, desigualdades e educação. Brasília, 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social, n. 8.742**, de 7 de setembro de 1993

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Programa Bolsa família**. Disponível em: < <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/como-funciona>>. Acesso em: 12 set. 2018

CASSAB, Clarice. **(Re)Construir utopias: jovem, cidade e política**. Tese de doutorado. Instituto de Geociências. Departamento de Geografia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2003, n.24, pp.40-52. ISSN 1413-2478.

_____. Por uma pedagogia da juventude. **Revista Onda Jovem**, São Paulo, n.1, p. 34-47, 2005.

_____. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educ. Soc.** [online]. 2007, vol.28, n.100, pp.1105-1128. ISSN 0101-7330.

_____. O aluno do ensino médio: o jovem desconhecido. **Salto para o Futuro**, v. 18, n. 18, nov. 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 30 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FRIGOTTO. Gaudêncio. Ensino Médio no Brasil: “juventudes” com futuro interdito. **Salto Para o Futuro**, ano 19, boletim 18, nov. 2009. Juventude e escolarização: os sentidos do Ensino Médio.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro, 2017.

LEMOS, Guilherme de Oliveira. **De Soweto à Ceilândia: siglas de segregação racial**. Dossiê Brasil-África do Sul. **Revista Paranoá**, n. 18, ISSN 1679-0944, 2017.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementariedade? **Caderno de Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz**, Rio de Janeiro: Fiocruz, jul/set, 1993.

PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. **Análise Social**, Vol. 25, No. 105-106, p. 139-165. 1990.

PEREIRA, C. P. A pobreza, suas causas e interpretações: destaque ao caso brasileiro. **Ser Social. Brasília**, s/v n. 18, p. 229-252, jan./jun. 2006.

PINZANI, A.; REGO, W.L. Pobreza e Cidadania. In: **Catálogo de Materiais do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social**. Módulo I: Pobreza e Cidadania. Brasília, 2015.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

OLIVEIRA NETO C; MOREIRA MR; SUCENA LFM; MARINS RS. **Grupos focais e pesquisa social: o debate orientado como técnica de investigação.**

Rio de Janeiro: DCS/ENSP (mimeo), 2001.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2006.

SEVERINAS. Direção: Eliza Capai. Realização: Agência Pública. **Brasil: Microbolsas, 2013.** 1 documentário (10 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_Rn7GF-u1tw>. Acesso em: 12 set. 2018.

SCHAEFFER, Maria de Fátima Castilhos. Segregação socioespacial no Distrito Federal. **Revista Katálysis**, Universidade Federal de Santa Catarina, vol. 6, n. 2, p. 237-248, jul./dez. 2003.